

cabinda

República Popular
do Congo

Landana



Cabinda



República do Zaire

**baluarte invencível
da
revolução angolana**



Dedico

Às eidas

Lara

Bolivia

8/9/87

CABINDA
BALUARTE INVENCÍVEL
DA
REVOLUÇÃO ANGOLANA

LUCIO LARA

Edições Mindel

índice

Pág.

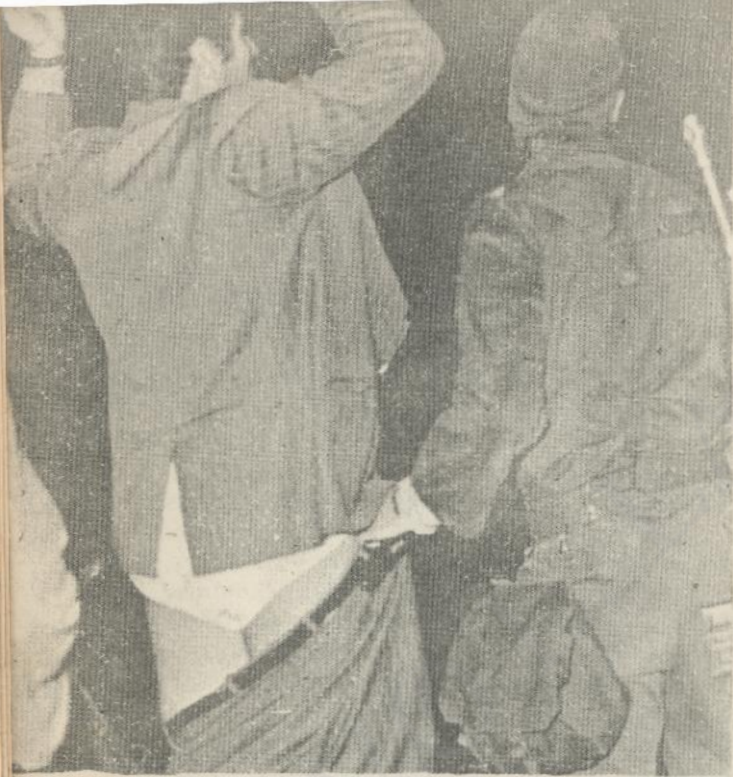
I Introdução	5
II Cabinda — Alvo de cobiça	10
III A invasão de 11 de Novembro	26



I — INTRODUÇÃO

A década de 60 caracterizou-se pela intensificação das lutas de libertação em África. A desenfreada exploração dos recursos materiais e da força física do Continente Africano pelas potências colonizadoras inspiradas pelas multinacionais, levam ao levantamento dos trabalhadores africanos sob a direcção das vanguardas revolucionárias dos mais diversos países. É assim que se outrora os ventos da liberdade não sopravam sobre África, por um lado devido ao atraso cultural e por outro devido à não participação directa da África no conflito internacional de 1939-45, Segunda Guerra Mundial, assiste-se de repente à crescente evolução da revolução Argelina e Congoleza, bem como às transformações políticas no Gana e o início da luta armada nas então colónias portuguesas, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Como resultado conjunto das lutas de libertação das três colónias, de uma parte e de outra da luta anti-fascista levada a cabo pelo povo português orientado pelo Partido Comunista Português e por outras organizações progressistas, eis que a 25 de Abril de 1974 cai o regime fascista português. Tal situação condicionou o reconhecimento por Portugal do nosso direito à auto-determinação e independência. Recordemos aqui que a direita portuguesa encontrando um certo apoio na ala mais reacçãoária do Exército tenta apesar de tudo fazer malograr as aspirações democráticas do povo português, quando através do General Spínola concebeu o plano de neocolonização de Angola, Moçambique e Guiné com a conivência de Mubutu e servindo-se dos partidos fantoches como a FNLA e COREMO respectivamente.

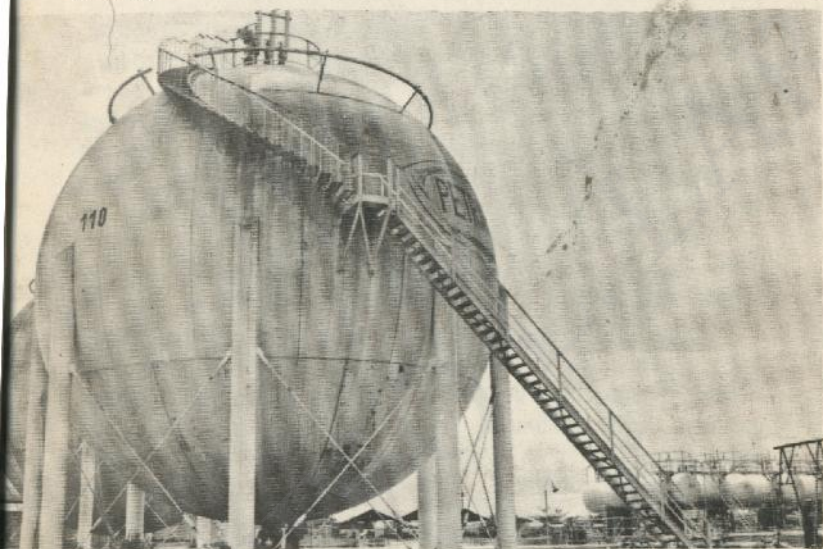


25 de Abril —
da do fascismo



Se outrora o colonialismo português fora o nosso inimigo directo, com a queda do regime fascista português, o Imperialismo Internacional passa a ser não só o nosso inimigo principal como também directo.

África é um continente potencialmente rico. Suas riquezas materiais estendem-se de Norte a Sul do Continente, desde os fosfatos do Norte aos diamantes do Sul do Continente.



A Segunda Guerra Mundial debilitou imenso as reservas de matérias primas dos países europeus no fabrico de todo o tipo de armamento para suster a guerra. As grandes reservas ferríticas do Rhur (Alemanha Ocidental) esgotaram-se para manter uma guerra cruel e sanguinária de extermínio da Humanidade. As jazidas de petróleo do Alaska, do Médio Oriente, da Venezuela, etc. já não garantiam a continuidade da guerra, pois eram milhares de aviões, tanques e camiões a movimentarem-se e necessitavam do tão cobiçado "ouro negro". Sem petróleo não há guerra, porque não obstante o evoluir da ciência, ainda estamos na era do petróleo e é utópico pensarmos na energia atómica em substituição do petróleo como principal fonte energética nos próximos 50 anos.

Conhecidos que eram na altura, o valor em potência das riquezas minerais do Continente Europeu, Americano e do Médio Oriente, os governos militaristas e expansionistas dos Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha Ocidental que na altura já eram colonizadores de África, sem que contudo tenham tocado na "reserva" estratégica dos recursos minerais africanos, estimulam as multinacionais a efectuarem a sua exploração.

Em Angola, com o fim da Segunda Guerra Mundial, assiste-se, por parte do regime colonial-fascista português, a par do incremento da política de povoamento branco, a uma intensificação da exploração do Povo Angolano, ao roubo em grande escala das melhores terras dos pequenos produtores angolanos e à consequente proletarização destes, à sua vinculação obrigatória à monocultura, virada para a exportação. E, para a própria defesa do sistema, contando portanto com a possibilidade da oposição nacionalista, o regime colonialista abre Angola ao grande capital.

Com a fundação do MPLA e com o 4 de Fevereiro de 1961, acentua-se a abertura aos capitais estrangeiros ao mesmo tempo que se verifica o lançamento de uma incipiente industrialização e a construção de estradas, caminhos de ferro e portos, como consequência do desenvolvimento do comércio, acarretando estas circunstâncias o desenvolvimento numérico do proletariado angolano e o surgimento da sua vanguarda — o proletariado industrial que, mais tarde, com o desenvolvimento da luta, começa-se a manifestar como a cabeça da Revolução, indo de encontro assim a um dos postulados do Marxismo-Leninismo: "Em qualquer revolução socialista a classe operária é a portadora da ideologia do proletariado e a classe dirigente da Revolução".

Igualmente como em outros países africanos potencialmente ricos, Angola sempre foi alvo de cobiça do Imperialismo, não só pelas suas riquezas naturais mas também pela sua posição geográfica-estratégica dominante na África Austral.

Portugal, país atrasado que não conseguiu sequer fazer a chamada Revolução Industrial Europeia, que não

conseguiu portanto acabar com todos os vestígios do Feudalismo, estando longe de atingir um estágio elevado de Capitalismo, não podia portanto explorar as riquezas de Angola.

Eis porque, as multinacionais como a GULF OIL COMPANY, KRUPP, TEXACO, etc. exploram as nossas riquezas naturais, tendo sido o Governo Português apenas capataz ao serviço das multinacionais. Aliás isso é compreensível e fácil de constatar pois, se por um lado o Imperialismo ajudava Portugal através da OTAN na sua luta contra a insurreição popular, por outro lado, era o mesmo imperialismo que criara e sustentara um grupo fantoche para o derrube do colonialismo português (apenas isso), pois o próprio Imperialismo estava ciente que não obstante a ajuda militar através da OTAN ao Governo Português, este não era capaz de aniquilar a Revolução Angolana. Vejam a dualidade táctica do Imperialismo para manter o status-quo não importando os meios.

Esta situação em certa medida contribuiu para que as multinacionais não investissem grandes capitais em Angola.

Importa frisar que ao contrário de outros países africanos com pouca variedade de recursos naturais, Angola tem uma gama de recursos muito diversificada. Ou seja, se a título comparativo olharmos por exemplo as riquezas (refiro-me a riquezas do subsolo fundamentalmente) da Nigéria sabemos que é o petróleo fundamentalmente, da República Árabe Saharaoui Democrática, sabemos que são os fosfatos, isso tendo em conta a existência de outras cuja exploração não pesem muito na balança estabilizadora da economia do País.

Contrariamente a este exemplo e, havendo poucos como o nosso em África, com excepção do Zaire e da África do Sul, Angola tem no seu subsolo Petróleo, Diamantes, Ferro, Ouro, Fosfatos, Mercúrio, etc, isso sem contar as riquezas agro-pecuárias e marítimas, representando cada uma delas quando plenamente exploradas, um peso a considerar na Economia Nacional. O Imperialismo tem um interesse duplo em relação a Angola, ou seja um interesse geral em relação a Angola e um interesse particular em relação a uma das parcelas de Angola, a província de Cabinda.

II — CABINDA — ALVO DE COBIÇA

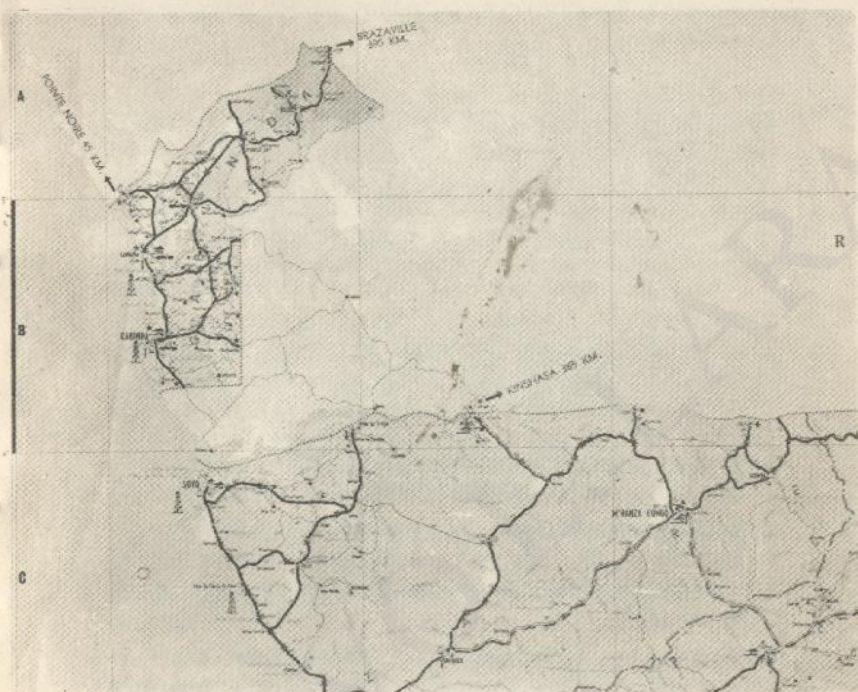
Com a partilha de África pelas potências colonizadoras no Tratado de Berlim, delinearão-se fronteiras geométricas entre os Estados dependentes principalmente dos interesses coloniais e jogando muito com a influência maior ou menor que cada uma das potências tinha sobre as outras, bem como a rivalidade que entre elas existia. A medida que se foram libertando os primeiros Estados Africanos, ficou unânimemente acordado entre os Estados membros da OUA que "com a Independência dos países colonizados deveriam manter-se as fronteiras existentes na altura da proclamação da independência".

Isto porque, com a delimitação das fronteiras pelas potências colonizadoras, uma mesma tribo ou etnia, tendo portanto a mesma cultura, a mesma língua materna chegavam a ficar divididas entre dois estados colonizados por diferentes colonizadores. Se cada país independente reclamasse alguma tribo ou etnia em território estrangeiro, bom, como se vê, seria uma autêntica catástrofe, uma guerra generalizada entre Estados.

Para salvaguarda da Paz é necessário que os Estados respeitem determinadas convenções de carácter Continental e Internacional. Eis porque existem organismos medianeiros como a OUA e a ONU nas relações entre Estados principalmente em situações conflituosas.

Cabinda é parte integrante de Angola e a Constituição da República definiu claramente que "Angola é um Estado independente e inalienável".

O programa do MPLA-Partido do Trabalho manifesta a sua firme determinação de lutar pela inviolabilidade das fronteiras e integridade territorial.



Cabinda, província situada a noroeste do País está separada geograficamente do restante País por uma pequena faixa de terra de 48 quilômetros pertencente ao Zaire, confinada ao Sul pelo rio Zaire ou Congo. A Conferência Inter-Regional de Militantes realizada de 12 a 20 de Setembro de 1974 nas Resoluções Finais, parte consagrada à "Declaração sobre Cabinda" diz: citamos: "Acordos leoninos de CHINFUMA (1883), CAIO (1884) e MOANDA (1885) assinados de cruz por alguns chefes tradicionais de Cabinda e colonialistas portugueses não reconheceram quaisquer direitos políticos às populações de Cabinda e muito menos o direito à auto-determinação e independência.

As potências coloniais em vésperas da Conferência de Berlim para a partilha de África, lançavam-se febrilmente em guerras de ocupação ou numa actividade de corrupção e

de intimidação com vista à assinatura de tratados extremamente desiguais para a submissão de vastas populações africanas.

Em vários países africanos, os colonialistas recorreram a tais métodos ignóbeis que em nada alteraram o processo de independência desses países. A história de Cabinda diz-nos pelo contrário que Cabinda foi abordada por navegadores portugueses em 1491 e que cedo se tornou um importante entreposto para o tráfego de escravos locais e provenientes de outros locais de Angola ou da bacia do Congo.

Magnificamente situada, Cabinda foi alvo da disputa de vários colonialismos, mas em 1786, pela convenção de Madrid, foi definitivamente integrada no reino de Angola sob a dominação portuguesa. Em 1885, as nascentes potências imperialistas realizaram em Berlim a partilha arbitrária de África e Cabinda surge então com os limites geográficos de hoje, ignorando o acordo de Moanda que tinha validade como os de CHINFUMA, CAIO e SIMULAMBUCO. Apesar da descontinuidade territorial imposta pela convenção de Berlim, os laços históricos e de sangue estabelecidos proclamaram e estabeleceram-se ao longo da noite colonial.

O desenvolvimento da luta de libertação nacional em Angola, de Cabinda ao Cunene, foi um poderosíssimo instrumento de consolidação da jovem geração Angolana. A província de Cabinda cedo se tornou um dos bastiões da luta libertadora sob a direcção do MPLA, e as suas populações aderiram em massa ao nosso Movimento. Paralelamente, muitos quadros e guerrilheiros de Cabinda deram a sua vida ou o melhor do seu sacrifício lutando noutras províncias de Angola.

O oportunismo tribalista e regionalista levou à formação de partidos separatistas de Cabinda.

Fenómeno corrente em África e em Angola em particular, onde elementos de várias etnias têm formado partidos localizados, sempre com o objectivo de impedirem o desenvolvimento da luta pois servem invariavelmente interesses estranhos.

É verdade que Cabinda tem sido alvo preferencial de

tais manobras oportunistas. Mas tal fenómeno só pode ser compreendido à luz dos poderosos interesses estrangeiros que se abatem sobre as potentes riquezas de Cabinda.

É revelador o facto de que a grande maioria dos dirigentes de tais partidos separatistas de Cabinda, serem antigos emigrantes nas Repúblicas do Zaire e do Congo sem que estivessem filiados ao MPLA, outros a ele filiados mas depois divorciados ou então indivíduos que até há pouco tempo se afirmavam vigorosa e publicamente como portugueses, alguns conhecidos como últimos colaboradores da PIDE/DGS.

Cabinda, é pois parte integrante de Angola. E o direito à integridade territorial é reconhecido pela OUA e reafirmado ultimamente na declaração conjunta do Governo Português com o Secretário-Geral da ONU.

O MPLA-Partido do Trabalho defende e defenderá sempre a integridade territorial de Angola."

Por Cabinda jogam-se dois interesses fundamentais: os da GULF OIL COMPANY e os da ELF FRANCESA. duas companhias petrolíferas interessadas na exploração da Plataforma Continental de Cabinda rica em petróleo bruto.

Para salvaguarda dos seus interesses, o Imperialismo criou um grupo fantoche denominado FLEC, fiel aos interesses franceses fundamentalmente. França é o país europeu que mais colónias deixou em África. Foi a colonizadora do Congo, onde ainda tem uma parte do capital investido na ELF CONGO, e sonha unificar numa só ELF e explorar conjuntamente o petróleo do Congo e de Cabinda.

É assim que nas fileiras da FLEC vemos mercenários e conselheiros franceses, é assim que a máquina propagandística da FLEC tem os seus porta-vozes essencialmente na França além de Portugal, R.F.A. e Bélgica. Por Cabinda há uma dualidade de interesses o que pode agudizar a crescente contradição entre a França e a U.S.A., entre o Imperialismo Europeu e o Americano. Recordemo-nos das contradições internas do Capitalismo na fase do Imperialismo preconizadas pelos clássicos do Marxismo-Leninismo.

A FLEC, existiu como força estruturada e activa no ano de 1974, após a queda do regime fascista português, altura

em que era inegável e indubitável a inevitabilidade da Independência para Angola.

A sua direcção fundamentalmente constituída por elementos antigos agentes da PIDE e por elementos das chamadas tropas especiais (TE), força auxiliar de autótones ao serviço do colonialismo.

Assente numa política tribal, a FLEC começa a fazer os seus desmandos contra a população civil indefesa e sobretudo contra os militantes e simpatizantes do MPLA no interior com o beneplácito do então Governador Português, o fascista Brigadeiro Themundo Barata. Em Outubro de 1974, forças guerrilheiras do MPLA em colaboração com um sector progressista das Forças Armadas Portuguesas põem cobro à tal situação de desmandos, realizando com perícia um golpe de mão que depõe o Brigadeiro Themundo Barata e precipita a fuga e desorganização de seus sequazes, a FLEC ainda débil.

Esta operação foi encabeçada pelo Comandante N'Dozi, onde se destacaram entre outros os Comandantes Delfim, N'Zaji e o Major Foguetão. Imaginem caros leitores o que é meter tropas guerrilheiras em plena cidade de Cabinda numa altura em que não estava oficialmente acordado a entrada das nossas forças para a cidade! Imaginem quanta coragem e determinação movem a esses gloriosos combatentes tomarem tal posição firme, perigosa mas oportuna e necessária na altura! Imaginem qual o efeito psicológico causado à população (saliente-se que o efeito psicológico foi um catalizador do apoio popular)! Imaginem qual a euforia do Povo!

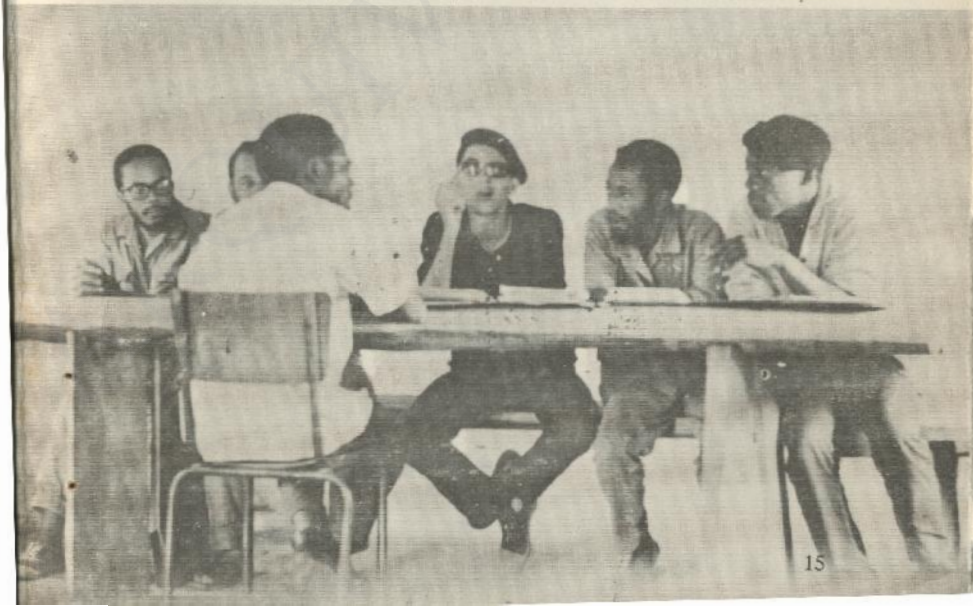
Para o êxito dessa operação, reconhecamos os serviços prestados pelo nosso saudoso Camarada e Comandante N'Zaji, que com a infiltração de agentes nossos no seio do Exército Português conseguiu ganhar para nós o sector progressista do Exército e mobilizá-lo para a acção, estudando os detalhes e coordenação da operação.

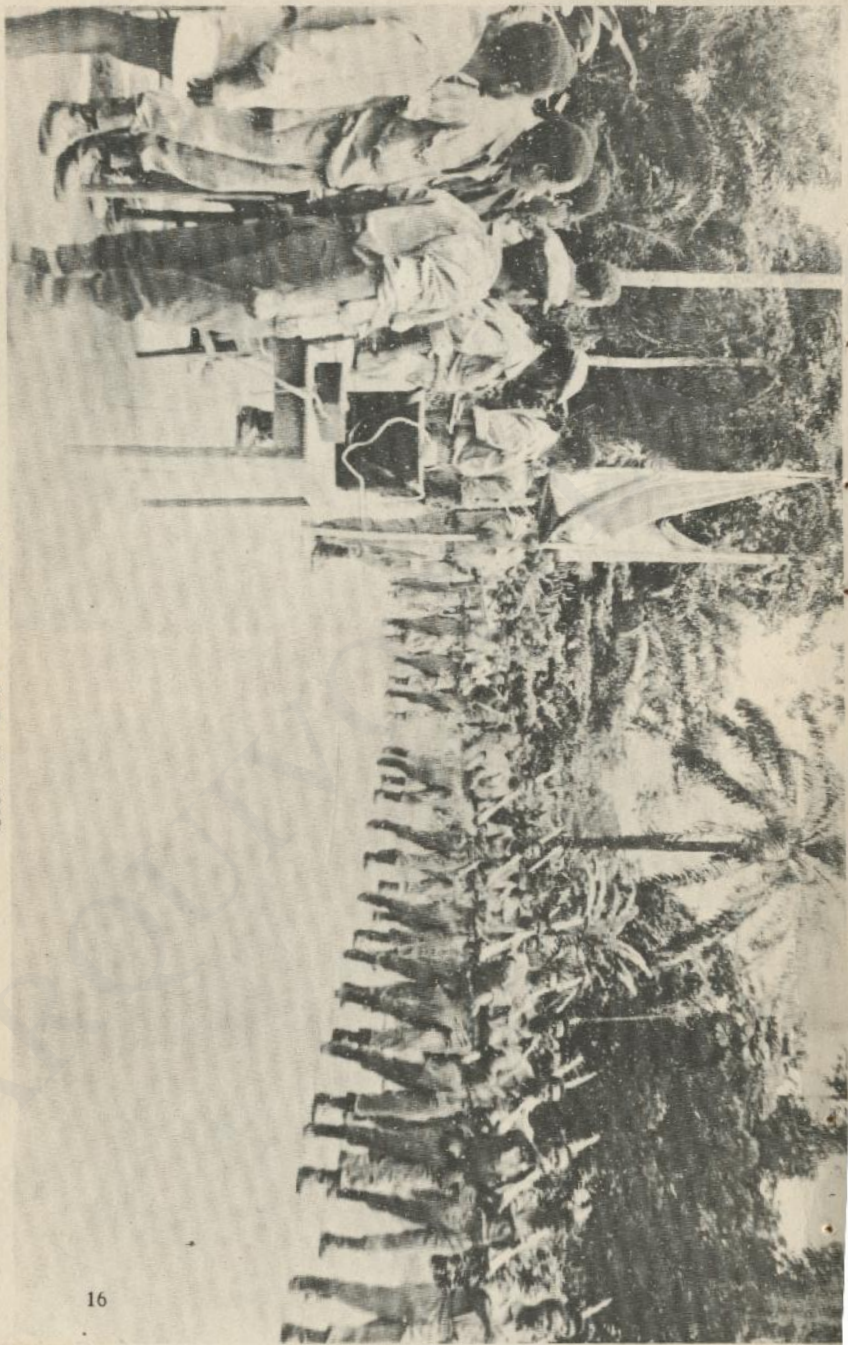
Dias após o golpe, recordo-me que fomos enviados para a cidade vindos do Alto Maiombe, fardados de soldados portugueses e postos na cidade fomos camuflados pela nossa rede clandestina, onde permanecemos algum tempo à civil



Uma pausa para retemperar as energias e coordenar o avanço.

Reunião de militantes do MPLA, em Cabinda. 1ª Guerra de Libertação.





4 de Fevereiro na 2ª Região (1965)

Forças guerrilheiras atravessam uma buéala numa zona da 2ª Região.





▲
O içar da bandeira na 2ª Região,
durante a 1ª Guerra de Liberta-
ção.

“A província de Cabinda cedo se
tornou um dos bastiões da luta
libertadora”

armados na clandestinidade, para garantir o êxito do golpe e evitar o retorno à situação anterior do golpe.

Estabelecida a ordem, começa-se a infiltrar para o interior da Província e para os principais centros populacionais as nossas forças guerrilheiras, cobrindo quase toda a parte norte da Província e alguns pontos da zona Sul, nomeadamente a cidade, Tando Zinze, etc. Esta tarefa de ocupação é acompanhada de uma forte campanha de mobilização levada a cabo pelo MPLA.

Enquanto isso, a FLEC do exterior organiza-se e em Janeiro de 1975 começa a realizar as suas primeiras acções armadas contra as populações indefesas situadas ao longo da fronteira nordeste da Província. Havendo resistência popular, o inimigo começa a chacinar a população, forçando a mesma a procurar segurança nos centros urbanos situados ao longo da estrada que liga o Dingo ao Belize. Outra parte do povo é levada à força para o território zaireense. O MPLA não cruzou os braços; coloca unidades operativo-fronteiriças em Sanda-Massala, Viedi, Necuto e Beira-Nova fundamentalmente. O inimigo tinha grande mobilidade no terreno, no emaranhado da floresta equatorial as operações eram extremamente difíceis.

O inimigo tinha uma estratégia: intensificar a guerrilha a norte, como acção divisionista, para meter o grosso de suas tropas no sul invadindo o espaço nacional, servindo-se do exército de Mobutu.

Nós tínhamos conhecimento disso, por isso a par da realização das grandes operações de contra-guerrilha ao norte, ao sul íamos preparando unidades semi-regulares, fundamentalmente unidades de infantaria e artilharia. Ao norte o inimigo beneficia de vantagens, pois na guerra de libertação nacional o Governo de Mobutu era favorável à política colonial portuguesa, e o perigo vinha da República Popular do Congo, Governo que deu asilo político aos refugiados angolanos, onde estavam as bases de rectaguarda do MPLA. Eis a razão porque todas as fortificações e estradas asfaltadas foram construídas apenas na fronteira Norte e Oeste, não existindo absolutamente nada na fronteira Leste. Portanto a falta de quartéis e a falta de vias de

acesso à fronteira com o Zaire, tem dificultado em certa medida a luta contra os bandidos. Por outro lado, é na fronteira Leste onde existia mais segurança, onde o colono colocou todas as suas fazendas (na parte sudeste) e as zonas de corte de madeira (na parte nordeste). Com a insegurança criada precisamente nessas zonas que hoje são essencialmente de guerra e que como já expliquei provocou a fuga dos camponeses, baixou consideravelmente a economia da Província, ou seja baixou a produção da madeira e muitas fazendas deixaram de ser exploradas. Hoje a economia da Província está directamente dependente da paz e segurança da fronteira Leste.

Estamos em pleno ano de 1975. O inimigo é astuto e sabe conjugar os planos. É assim que a partir de Janeiro com o início das acções da FLEC, simultaneamente verifica-se a entrada da FNLA na província com um grande efectivo e posteriormente também a UNITA, fraca em organização na província. Começa-se logo a verificar a preocupação quer da FNLA como da UNITA em ocupar alguns dos principais pontos estratégicos já ocupados pelo MPLA, única organização que já criou raízes na província pois é a única que por ela realmente lutou desde os primeiros anos de luta. Há a disputa pela importante montanha do TCHIZO.

Nota-se já a estreita coligação tripartida FNLA-UNITA-FLEC- para derrubar o MPLA pela hegemonia da Província.

Apesar de todo o aparato militar da FNLA metido na província através da fronteira Sul (Iema) com a conivência do Exército Português, com o qual inclusivé conviviam no quartel do N'Tó, a FNLA não se conseguiu radicar para além-Chiloango onde era notória a supremacia político-militar do MPLA e a grande adesão popular pelo mesmo.

Apesar dos acordos de Alvor, a FNLA e a UNITA pelo seu carácter reacçãoário, violam os acordos e começam o genocídio do povo angolano; pelo derrube do MPLA e estabelecimento de uma sociedade neocolonial. Em Cabinda a 2 de Junho de 1975 a FNLA ataca as instalações do MPLA, na cidade. O grosso das tropas do inimigo encontrava-se na roça Lucola, antiga fazenda cafeeicultora, a um nível ou altitude mais baixa relativamente à posição por nós ocupada, a montanha do Tchizo. O inimigo bloqueou a saída da cidade.

impedindo assim o acesso à mesma do grosso das nossas forças que como já disse ocupava o norte (Maiombe), para em caso de socorro.

Importava acima de tudo, aniquilar o grosso das tropas inimigas no Lucola, onde estava também o seu Estado Maior.

Essa missão foi incumbida às forças de artilharia do Tchizo. Pela concentração de armas de artilharia aí existentes, onde além de outras havia Baterias de Grad (Mona Caxito) e Canhões sem recuo B10; a própria posição dominante da montanha era em si favorável a nós. No mesmo dia 2 de Junho aniquila-se a força inimiga do Lucola com armas de artilharia e a par disso, com forças de choque de infantaria destrói-se os focos de resistência inimiga na cidade, provocando assim a retirada do inimigo para o Zaire, via Subantando, Chimbuande, e a entrega às tropas portuguesas de outra parte. O MPLA era dono da situação.

No dia 3 de Junho para melhor coordenação e para maior segurança translada-se o Posto de Comando para o Tchizo, chefiado pelos Comandantes Pedalé, Eurico e Delfim. No mesmo dia 3 de Junho, chega a Cabinda com destino a Ponta Negra à busca de material, pois a situação em Luanda era difícil, o Camarada Comandante Gika, que encontrando combates em Cabinda decidira ficar e ver a sua consumação. Na altura era membro do Comité Central do MPLA e Comissário Político Nacional das FAPLA.

Deslocara-se então para o Tchizo juntamente com os Comandantes que acabo de citar, dirigindo a operação. Com o aniquilamento do inimigo no Lucola, os mesmos na sua fuga conseguiram levar para fora do perímetro do quartel, numa mata circunvizinha, um canhão 75mm. De aí, num gesto de desespero fazem três disparos de canhão contra o Tchizo apanhando-nos desprevenidos.

Na altura estavam os Comandantes Pedalé, Gika e Delfim numa trincheira que outrora era abrigo de um morteiro 82mm, conversando. O segundo obús, fura a caserna do Comando e cai precisamente na trincheira onde eles estavam conversando, estilhaça-se e apenas um estilhaço atinge o coração do Camarada Comandante Gika.

Há um certo pânico entre os soldados, alguns aban-



donam as peças, recompômo-nos logo do choque psicológico dos obuses, evacua-se o Camarada Comandante Gika mas já nada havia a fazer, minutos depois perde a vida o Glorioso Comandante já não chegando com vida ao Hospital. Os demais camaradas que consigo estavam saiem ilesos. Foi a única baixa que tivemos nesse combate, lamentavelmente. Seu corpo foi enviado para Luanda que na altura se encontrava em fogo. Consta-se o combate com a vitória do MPLA. O Governo Português serviu de medianoiro para o regresso da FNLA, tendo havido acordos entre o MPLA-FNLA.

Nesses acordos, verificando o perigo da perda de vidas inocentes da população civil, acordou-se bilateralmente em descongestionar a cidade de efectivos militares. Na cidade ficariam apenas as delegações dos Movimentos com efectivos mínimos para a sua guarnição. Assim, a FNLA apoiada pelas Forças Portuguesas consegue ficar num quartel com boas instalações, o do N'Tó a 21 Km da cidade, dominando todos os 7 Km a sul que os ligavam com a fronteira sul, o Iema.

Não poderiam ter ocupado melhor posição, pois, todo o material e homens que metiam pelo Iema, não podia ser controlado por ninguém, todos os 7 Km a sul eram "zona libertada".

As forças do MPLA, entre outras ocupavam uma posição não muito importante sob o ponto de vista estratégico, ficando 3 Km a sul do N'Tó, onde tudo era mata, aí criamos uma Unidade e demos-lhe o nome de Base Gika, pois essa base era uma base de artilharia, com o mesmo efectivo que ocupava o Tchizo no momento e local que tombou o Comandante Gika.

Qual a causa da vitória do MPLA sobre a FNLA em Cabinda no primeiro combate? Por uma parte, o grande poder mobilizador do MPLA nas massas populares, e por outra parte a grande experiência das suas forças militares e a grande posição estratégica por nós ocupada, no Tchizo. Nesse combate, o Tchizo significava para nós o que a colina Mamaiv significava para os soviéticos na Batalha de Stalinegrado, durante a Grande Guerra Pátria. Durante cerca de dois meses viveu-se um período de acalmia colectiva; um clima de tensão permanente. Continuavam os combates em diversos pontos do País, onde na parte norte o MPLA tinha perdido quase toda a província do Zaire e Uíge.

Em Cabinda, o rastilho era curto e a mínima fagulha poderia acendê-lo.

Em Setembro de 1975 estala a última contenda entre o MPLA e a FNLA, expulsando-a definitivamente da Província.

Nesse combate nós atacámos o inimigo pela recataguarda, fazendo logo a seguir um envolvimento de infantaria, que se não fosse uma certa descoordenação entre a artilharia e a infantaria, motivada pela avaria de um

aparelho de comunicação, nós teríamos colocado o inimigo numa bolsa fechada e teríamos feito bastantes prisioneiros. Não obstante isso causamos ao inimigo pesadas baixas humanas, deixando o quartel quase intacto na sua fuga precipitada, com armamento do mais diverso tipo e víveres.



“as forças do MPLA ocupavam uma posição não muito importante...”

O inimigo fez apenas um tiro de canhão, pois encontrou-se apenas uma cápsula ainda quente e um obús dentro do canhão por disparar. É de salientar que sempre que houvesse confrontos armados com a FNLA, as tropas zaienses concentravam-se ao longo da fronteira do Iema. Fazemos pouca alusão à UNITA pois na província representava uma força insignificante que inclusivé retirou-se sem combate. De notar a coligação entre a Unita e a Flec

aquando da visita de N'Zau Puna a Cabinda, elemento dirigente da UNITA e afeto à FLEC.

Estávamos ainda em 1975, no fim da primeira etapa de consolidação das nossas estruturas por toda a Província. A FNLA e a UNITA tinham sido vencidas, estávamos na fase de passagem para o exército regular. Com a derrota dessas duas forças, ressurgiu a FLEC, porém baixa consideravelmente as suas acções de guerrilha.

Sabíamos que tal situação devia-se à preparação a



“Estávamos na fase de passagem para exército regular.”

partir do exterior da força intervencionista de invasão à Província, constituída por unidades regulares do Exército de Mobutu, militares da FLEC e mercenários franceses.

Não podemos de forma nenhuma esquecer o papel do Camarada Comandante Eurico que nessas horas difíceis e durante uma grande etapa das confrontações esteve à frente da Região, acumulando as funções de Comandante da Região e Comissário Político. Essa situação em certa medida contribuiu para o seu arrombamento físico.

III — A INVASÃO DE 11 DE NOVEMBRO

No início da invasão zairese a Angola, a direcção do golpe principal era o itinerário mais curto possível que ligasse o Zaire a Luanda no intuito de impedir a proclamação da Independência Nacional a 11 de Novembro de 1975, unilateralmente pelo MPLA. Eis a razão porque as províncias primeiro abrangidas onde passou a onda devastadora invasora, foram as do Zaire, Uíge e Malange, enquanto numa direcção ascendente as forças invasoras sul-africanas avançavam vertiginosamente para o mesmo objectivo.

Luanda, era uma brasa que se encontrava entre as garras de duas tenazes — o Zaire e a África do Sul, manipulados pelo Imperialismo Internacional.

A questão era puramente política e visava objectivos político-económicos. A nossa vanguarda revolucionária soube na devida altura definir correctamente a estratégia de Defesa da Revolução. Sabíamos que nessa invasão coligada o inimigo que havia a derrotá-lo imediatamente teria que ser o Zaire, pois a invasão zairese embora fosse para todos os efeitos uma autêntica invasão, com uma certa propaganda demagógica, poderia ser apresentada aos olhos do mundo como um conflito entre territórios vizinhos (saliente-se territórios e não Estados pois Angola não era independente na altura), enquanto que a invasão sul-africana seria mais condenada pela opinião pública mundial porque a África do Sul nem sequer faz fronteira com Angola, e nessa agressão ela serviu-se do território namibiano o qual ocupa ilegalmente, tendo sido já por várias vezes sancionada pela ONU, pelo Conselho de Segurança. A missão dos sul-africanos não era mais que contribuir para a tomada do poder pelos

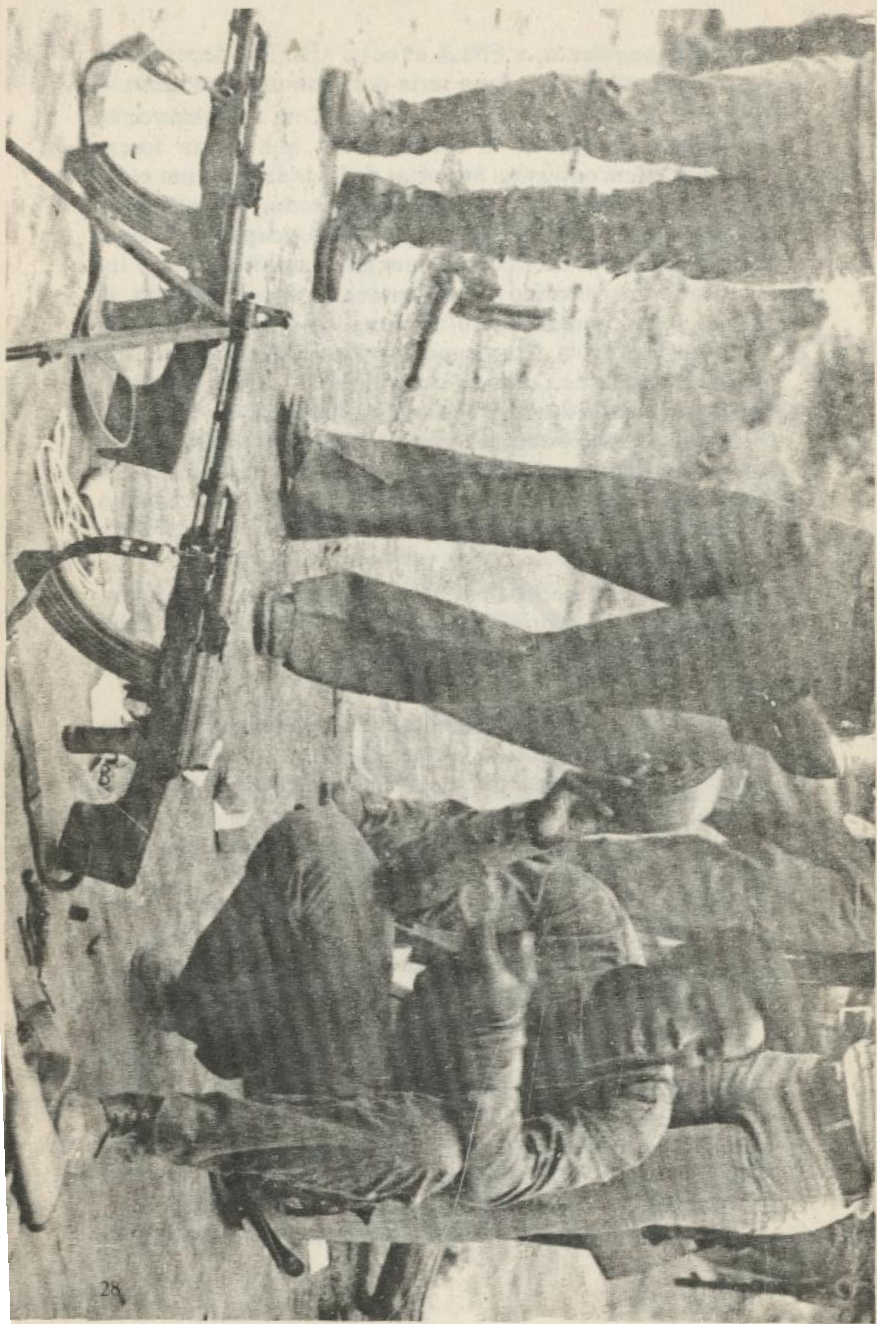
fantoches angolanos, a FNLA e (ou) a UNITA, depende. O Governo fantoche angolano seria portanto um protectorado do Zaire, falando em termos políticos. Com a aproximação do 11 de Novembro, e considerando que já as forças zaienses se encontravam às portas de Luanda, com um certo optimismo, talvez triunfalismo precipitado, os estrategas zaienses entendem que já se poderiam ocupar de outras frentes, de outras direcções, e num gesto ambicioso toma todo o norte e nordeste de Angola em vez de apenas Luanda, já que os seus comparsas sul-africanos se encarregariam da parte sul de Angola. É assim que invadem Cabinda. Por uma parte a tomada de Cabinda vinha inserida dentro do plano global de tomada de Angola, mas por outra parte, vendo que a resistência angolana pela defesa da sua capital, pela defesa do seu território era tenaz, como segunda variante, Mobutu tenta materializar o acordó que teve com Spínola na Ilha do Sal em que preconizava Cabinda como a última província do território zairense.

A título de curiosidade devo lembrar-lhe, caro leitor, que inclusivé já existiam mapas roteiro-turísticos do Zaire em que vinha incluso Cabinda como parte integrante do Zaire.

Isso não era apenas manifestação triunfalista de quem não analisa as questões do ponto de vista científico, era a utilização da propaganda como arma ao serviço dos seus interesses.

Na invasão a Cabinda, sabíamos que a direcção principal do golpe inimigo seria dirigido na direcção Sul-Norte ou seja na direcção Iema-Cabinda, por ser a mais curta, a mais acessível, a que oferecia melhores condições de mobilidade das suas tropas. Porém, o inimigo numa tentativa de dividir as nossas forças e divertir a nossa atenção, atacou primeiro na direcção leste-oeste, mais precisamente no Chingundo e Chimbuande simultâneamente. Os primeiros tanques inimigos ficaram nos campos de minas. Depois de sangrentos combates, a coluna que avançou por Chingundo, foi retida na ponte de Tali Vista. A coluna que seguiu pelo Chimbuande foi retida no M'Baca a escassos quilómetros de Subantando.

Aí jogaram papel de destaque as forças de infantaria



recém-treinadas mesmo na Região. O esforço conjugado das forças angolanas e cubanas derrotaram as hordas inimigas que deixaram no terreno homens e material de guerra, entre armas de infantaria, viaturas e rádios de comunicação. No dia seguinte, o inimigo tenta meter o grosso das suas forças na direcção principal do golpe, direcção Iema-Cabinda. A nossa artilharia (Grad, Morteiro 120 mm e Obús 122 mm) flagelá as suas posições ao longo da fronteira.

Nessa direcção o inimigo não logrou penetrar sequer cinco quilómetros no interior do país.

Como única alternativa, o inimigo tenta penetrar pela via Tendequela-São Vicente, tendo sido bloqueado a 1/3 do trajecto.

A 12 de Novembro tinha sido definitivamente rechaçada a invasão. Foram dias difíceis para nós, pois na altura tínhamos apenas como armas anti-tanque, a RPG7 e o canhão B10, apenas isso. A heroicidade do povo venceu a sabedoria dos estrategas franceses que andaram em academias, venceu o poderio militar dos tanques de Mobutu que não eram mais que matéria inerte, ferro inerte, porque a sua tropa não tinha moral combativa, lutava sem ideologia, a sua ideologia era a dos agressores. Apesar dos escassos 28 Km que ligam a fronteira sul à cidade, o inimigo viu os seus anseios malograrem-se.

Nessa curta distância, opunha-se um povo determinado, guiado por uma vanguarda revolucionária.

Não podemos de forma nenhuma deixar de fazer alusão à contribuição positiva prestada pelos companheiros cubanos que derramaram o seu sangue pela defesa da nossa integridade territorial e vitória do Socialismo Científico em Angola.

◀
A transição das forças guerrilheiras em exército regular, bem como o uso de armamento moderno, fornecido pelos países socialistas, foi condição fundamental para a vitória.

Curadas as feridas da agressão, mais uma vez tínhamos o mesmo inimigo actuando de outra forma; a FLEC e as chacinas do Povo, a FLEC e as acções de sabotagem.

A luta continuava, porém a par da tarefa de aniquilamento dos bandidos, havia que constituir-se o Exército Regular. É assim que como embrião, criam-se as Brigadas de Infantaria Motorizada, uma ao Norte e outra a Sul da província.

Com a inexistência de unidades especiais de luta contra-bandidos na altura, as Brigadas deviam não só estar em Preparação Combativa, como e simultâneamente aniquilar os grupos fantoches. São organizadas e efectivadas diversas operações de limpeza e aniquilamento. No ano de 1976 consegue-se aniquilar uma grande parte das bases inimigas no interior da Província.

No campo diplomático a pressão exercida sobre o Zaire é tal que força o seu governo a não continuar a subsidiar e dar asilo político aos contra-revolucionários angolanos. Porém a prática demonstrou que Mobutu continuou a armar e proteger os bandidos da FLEC.

Nos dias de hoje temos forças regulares em Cabinda bem equipadas do ponto de vista material e preparadas do ponto de vista político-militar. Existem também unidades especiais de luta contra-bandidos, porém nós estamos cientes que o banditismo acabará em Cabinda e as populações voltarão à sua vida no campo elevando a produção, quando e só quando cumprirmos com o plano de abertura de vias de acesso à fronteira zairense, preconizado no plano geral de defesa de Cabinda. Esta medida permitirá o contrôle da fronteira com o Zaire, impedirá o afluxo de bandidos que constantemente transpõem a fronteira de lá para cá e vice-versa e o consequente aniquilamento dos que se encontram dentro da bolsa bloqueados.

Concretizemos este plano e veremos Cabinda prosperar, o campo florescerá, as madeiras serão exploradas, os campos serão cultivados e florescerá, a economia levantará, a província será auto-suficiente em géneros de primeira necessidade.

Cabinda, é um ponto de resistência ao inimigo, é uma fortaleza da Revolução.

Como o próprio Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho reconheceu, "Cabinda, foi o laboratório onde se forjaram no calor dos combates muitos dos actuais responsáveis do Partido, do Governo e das Forças Armadas".

Em Cabinda, combateram camaradas dos mais recônditos cantos do País, das mais diversas regiões, tribos e etnias, em Cabinda vive-se a Unidade Nacional e concretiza-se na prática o combate ao tribalismo.

Pela Integridade Territorial
Pela Unidade Nacional
A Luta Continua
A Vitória é Certa

Comandante Bolingó/João Lourenço

AC-06-C14
1264

Esta edição foi composta e impressa na
Tipografia das Edições Mindef — Rua Co-
mandante Valódia 135 Luanda — Tiragem
3000 exemplares, acabados em Dezembro
de 1979

Preço Kz:.....

EDIÇÕES MINDEF

1264
AC-06